Senhora Presidente,

Senhoras e Senhores Deputados,

Senhor Presidente do Governo,

Senhoras e Senhores Membros do Governo,

Açorianas e Açorianos,

Cumpre-se hoje a Autonomia.

Os Açores, representados pelos seus órgãos próprios, preparam-se para ver aprovado, formalmente, o Programa do XII Governo dos Açores.

As regras democráticas dizem-nos que o programa é, porém, primeiro substantivamente aprovado, ou rejeitado, pelo Povo nas urnas.

E no passado dia 16 de outubro o povo açoriano que se deslocou às urnas pronunciou-se, de forma inequívoca e maioritária, sobre o rumo a seguir.

A opção recaiu sobre o projeto político apresentado e protagonizado pelo Partido Socialista, o qual foi materializado sob a forma da Proposta de Programa de Governo que nos últimos três dias esteve em discussão nesta Assembleia.

Isto não significa - que fique desde já bem claro - que o Partido Socialista desenvolverá a sua ação suportado apenas na maioria absoluta que o Povo, pela quinta vez consecutiva, livremente nos conferiu. Nunca assim foi ao longo dos mandatos anteriores e também não será na legislatura que agora se inicia.

Entendemos o voto maioritário do Povo Açoriano como uma clara renovação desta relação de confiança estabelecida entre os Açorianos e o Partido Socialista e a sua ação governativa, como um reconhecimento de que representamos a estabilidade sem deixarmos de ser ambiciosos, e a segurança sem prescindirmos de ousar fazer diferente

e melhor. Consideramos, no fundo, que os Açorianos escolheram quem lhes apresentou um projeto coletivo de futuro protagonizado por aqueles que sempre deram garantias de não se acomodarem, não se deslumbrarem e nunca desistirem na procura de um melhor futuro para a nossa terra.

Mas também encaramos a renovação expressiva da confiança no Partido Socialista como uma enorme responsabilidade, que decorre do facto de não dependermos do apoio de outras forças políticas para fazermos valer as nossas ideias, propostas e medidas.

Temos, por isso - e também por uma profunda convicção democrática –, consciência de que a uma maioria parlamentar absoluta corresponde sempre o dever absoluto de procurar consensos, de lançar pontes e de promover um regular e frutuoso diálogo democrático.

Como disse Shakespeare – e perdoem-me o romantismo – através da jovem Julieta Capuleto, dirigindo-se ao amado e, por uma antiga rivalidade entre famílias, inimigo Romeu, "só o teu nome é meu inimigo. Tu és tu mesmo. Diz adeus ao teu nome porque não forma parte de ti".

Senhoras e senhores deputados da Oposição, é também esse o nosso entendimento e compromisso: só o vosso nome partidário é nosso adversário e só a nossa designação partidária é vossa adversária. Nas matérias essenciais para o futuro da Região, e em nome da nossa terra, tentemos primeiro dizer adeus ao nosso nome porque ele é bem menos importante do que o bem supremo que nos une: o amor aos Açores!

Senhora Presidente,

Senhoras e Senhores Deputados,

O Partido Socialista está, como sempre esteve, aberto e disponível para viabilizar as boas propostas venham elas donde vierem. Provam-no o nosso passado governativo e a postura com que estivemos nestes três dias de debate do Programa do Governo.

Agora, em nome da total transparência e lisura de processos, mas também dos princípios básicos da Democracia, não nos peçam para transformar o nosso no vosso Programa do Governo, apoiando medidas ou propostas que não tenham qualquer correspondência com o programa eleitoral sufragado nas urnas e, por essa via, quebrando o elo de confiança e o compromisso que estabelecemos com a maioria dos Açorianos.

Isso não!

Estamos aqui para assumir o papel que nos foi atribuído pela maioria dos Açorianos e não para os trair!

O Povo Açoriano espera um PS solidário com o Governo, responsável e cooperante, mas também coerente com os compromissos que assumiu, vigilante na execução das suas políticas e com iniciativa própria.

É assim que encaramos o mandato que nos foi conferido. É assim que faremos.

Não podemos, por isso, deixar de considerar um mau sinal que tenha havido na oposição quem, acabando de chegar ao Parlamento dos Açores, tenha recusado debater, inquirir e ser esclarecido, apresentando-se como "representante das reais dificuldades dos Açorianos", como se não tivessem sido os Açorianos reais a dizerem, há apenas um mês, através do voto, que era o Programa Eleitoral do PS aquele que melhor respondia às suas necessidades.

Nestas bancadas onde nos sentamos, porque os Açorianos assim quiseram, deve estar menos partido e mais Açores. Nesta Casa, os partidos devem ser o instrumento e o meio, mas nunca o fim e o objetivo.

Do mesmo modo, é também um mau prenúncio para a legislatura que agora se inicia verificar que não parece existir humildade democrática suficiente no maior partido da Oposição para interpretar o resultado eleitoral do passado dia 16 e, em conformidade, abandonar a postura derrotista, do "quanto-pior-para-o-Governo, melhor-para-o-PSD, mesmo-que-isso-prejudique-os-Açores".

Percebemos que é mais fácil, em tempos de convulsão partidária interna, desânimo e desorientação, evitar o necessário exame de consciência pós-eleitoral e manter, ao invés, a postura e o discurso que conduziram à derrota.

Permitam-me, pois, a veleidade de vos da um mero conselho: quando se está, desde o final de 2012, a marchar com um passo diferente de todos os outros, talvez não sejam os outros que estão errados. Mas isso, claro, é uma análise que outros terão de fazer, no local e no momento certos.

Aqui, neste momento e neste local, cabe-nos, sim, afirmar que não nos conformamos, porque a força da Autonomia também depende da força e da qualidade da oposição, e que os Açores não podem e não merecem ficar à espera que o PSD resolva as suas guerras internas para assumir o seu papel democrático.

Senhora Presidente,

Senhoras e Senhores Deputados,

Senhor Presidente do Governo dos Açores,

Senhoras e Senhores Membros do Governo,

Mas os anseios dos Açorianos não se esgotam na noite eleitoral e as suas legítimas expetativas obrigam-nos, agora, a olhar em frente e a implementar, rapidamente, as respostas que se exigem e que estão plasmadas no Programa do XII Governo dos Açores.

O Programa que vamos aprovar, senhoras e senhores deputados, não se arroga a aumentar o nível de felicidade da nossa Autonomia, como outros pretendiam, mas dá corpo, de forma clara e consequente, aos pilares fundamentais em que o PS baseou o seu compromisso com os Açorianos: confiança e esperança no futuro, sempre com as pessoas e as suas condições de vida no centro das prioridades da ação política.

Depois de um período de intensos desafios, colocados por uma crise financeira e económica com origem externa à Região mas com impactos muito concretos também entre nós, em que foi necessário recorrermos a todas as nossas competências, recursos e energias, para, em estreita parceria com os Açorianos, colocarmos os Açores num trajeto de recuperação, cumpre-nos agora dar sustentação a esse esforço, respondendo aos desafios que entretanto se foram colocando, ou tornando mais prementes, desde logo na área da empregabilidade dos Açorianos, mas também ao nível das políticas sociais, com uma forte atenção ao combate a fenómenos de pobreza e de exclusão social.

O mesmo é válido para as questões que se prendem com a valorização dos nossos setores tradicionais de atividade económica e com a sua capacitação enquanto indutores de maior valor acrescentado e geradores de emprego mais estável, melhor remunerado e mais especializado.

Ou ainda com as áreas da nossa economia, como o Turismo ou as atividades ligadas ao Mar e à Natureza, que têm vindo a ganhar ímpeto e dimensão, dando concretização, em termos de rendimento e emprego, às nossas vantagens competitivas e potenciando os nossos recursos endógenos, mas que precisam, por isso, agora, de uma atuação concertada das entidades públicas e dos agentes privados no sentido da consolidação dos ganhos e da sustentação dos seus efeitos sobre o emprego e sobre o meio envolvente.

Em outubro último, os Açorianos disseram que reconheciam a eficácia dos esforços que todos fizemos para suplantar a crise dos últimos anos e que consideravam as prioridades e as propostas do Partido Socialista como sendo as mais adequadas para fazer face aos desafios específicos dos tempos que vivemos.

Neste sentido, ficou claro no debate que agora se conclui o que quer e vai implementar o Governo Regional.

O Governo apoiado pelo PS quer (e já avançou concretamente nesse sentido) fomentar a conversão de contratos de trabalho a prazo em contratos a termo certo, garantindo

assim uma maior estabilidade às famílias açorianas e novas possibilidades de realização pessoal aos jovens que procuram criar condições para se emanciparem.

O Governo apoiado pelo PS elegeu, sem rodeios, como prioridade absoluta o combate à pobreza e quer, por isso, por em prática uma estratégia que, atuando concertadamente nas áreas da educação e da qualificação dos Açorianos, da economia e das políticas de apoio social, permita criar condições para que os mais fragilizados possam romper as barreiras da exclusão e encontrar os instrumentos necessários para serem donos do seu próprio processo de fortalecimento social e económico;

O Governo apoiado pelo PS quer consolidar os bons indicadores que o Programa Integrado de Promoção do Sucesso Escolar, *ProSucesso*, tem vindo a revelar no que respeita aos índices de sucesso e de abandono escolar, porque não tem dúvidas de que todas as crianças são capazes de aprender e de que a função da Escola Pública não é desistir, nem selecionar, mas sim incluir, insistir, melhorar e voltar a tentar, até conseguir;

O Governo Regional apoiado pelo PS quer reforçar a competitividade e a capacidade exportadora das fileiras tradicionais da nossa economia, para que possam contribuir de forma ainda mais decisiva para a criação de emprego e de riqueza;

O Governo apoiado pelo PS quer, paralelamente, consolidar a evolução impressiva de novos setores de atividade económica, que, com base nas nossas vantagens endógenas e em articulação com as nossas produções tradicionais, permitam sustentar o crescimento da nossa economia e torna-la mais dependente do que somos e do que somos capazes de fazer bem feito;

Este debate demonstrou, no fundo, que o Governo apoiado pelo PS quer responder aos tempos e à sua evolução e, sobretudo, aos Açorianos e aos seus anseios individuais e coletivos. Mas e o que nos dirá o debate que agora termina sobre o que quer a Oposição que optar por votar contra?

Que votará contra o que quer o Governo do PS – alguma oposição mesmo antes de esclarecer dúvidas ou de colocar questões.

Mas votará contra porquê? Será por ventura abusivo pensar-se que votará contra a prioridade conferida ao combate à precariedade laboral ou à pobreza e exclusão social por não concordar com elas, é certo. Será também, eventualmente, desadequado dizer-se que votará contra porque não quer que a economia dos Açores se reforce, se adeque aos novos desafios e possa, assim, tornar-se mais competitiva, gerar mais riqueza e fazer progredir a nossa terra.

Então votará contra porquê? Poder-se-ia, talvez, conceder que votará contra porque apresentou ao longo destes três dias de debate um outro conjunto de preocupações e prioridades, e, sobretudo, novas e fantásticas medidas de concretização desses propósitos. Mas isso seria não só não ter prestado atenção ao que passou nesta casa ao longo do nosso debate, como sobretudo não ter prestado atenção ao que disseram os Açorianos, com o seu sentido de voto, no passado dia 16 de outubro.

Então, porque votará contra a oposição? Só nos resta a pior das explicações: porque o Governo, ainda que maioritário, ainda que recentemente validado por uma maioria expressiva dos Açorianos, ainda que sendo o Governo dos Açores, é apoiado pelo PS.

Dito de outro modo, a oposição que optar por votar contra o Programa que norteará o percurso da Região nos próximos quatro anos falo-á apenas porque é oposição e porque, por vontade dos Açorianos, o Governo é suportado pelo PS.

Mau augúrio para os tempos que queremos de diálogo e de concertação. Mau prenúncio para uma Região que se faz melhor se se fizer com todos. Mau auspício para quem tem a responsabilidade de ser parte da luta constante por uns Açores ainda melhores!

Que fique claro: não estamos a dizer que a oposição tem de estar a favor do Programa do Governo, mas antes que, tendo decidido votar contra, o mínimo que a coerência e o respeito pelas normas instituídas exigiriam é que recorressem ao mecanismo previsto

no nosso Regimento e apresentassem uma Moção de Rejeição do Programa, assumindo, a partir daí, cada um, as suas responsabilidades políticas.

Senhora Presidente,

Senhoras e Senhores Deputados,

Senhor Presidente,

Senhoras e Senhores Membros do Governo,

Não será, contudo, por isso que o PS deixará de se assumir como agregador de vontades e promotor de diálogo ao longo da presente legislatura, particularmente nas matérias que dizem respeito à organização estrutural do nosso sistema autonómico e à sua adequação às novas exigências dos tempos e dos cidadãos.

É essencial para o sucesso e legitimação das nossas propostas, no plano interno, e para a força das nossas pretensões, no exterior, que façamos todos os esforços ao nosso alcance para que, desde a primeira hora e sem prejuízo de debatermos a várias vozes, possamos agir com base no maior denominador comum.

Apesar do património de reflexão e propositura que o PS Açores tem sobre o processo de reforma da Autonomia, apesar de termos sido num passado recente o dínamo de um movimento abrangente de reflexão, que começou entre portas, mas abrangeu também as várias forças políticas e outros movimentos cívicos, o que os Açorianos esperam agora é que concretizemos e que, apesar das nossas diferenças de modo e método, juntemos esforços nesta casa em prol de uma Autonomia mais participada e mais próxima das reais pretensões das pessoas.

Não fingimos que não reparámos, nem nos esquecemos do impacto da abstenção nas eleições de outubro.

Como tal, no topo da hierarquia da nossa ação imediata enquanto grupo parlamentar está o desenvolvimento de todas as diligências para, por um lado, promover uma análise rigorosa à chamada abstenção técnica e às suas causas, e, por outro, avançar decididamente no sentido de alargar as possibilidades de interação consequente dos cidadãos não filiados em partidos com o sistema.

Não podemos – ou melhor, não queremos! - embarcar no discurso demagógico dos que usam irresponsavelmente a abstenção como instrumento de ataque à classe política, porque esse seria o pior serviço à Democracia e à Autonomia. Mas também não podemos deixar de lamentar os que, com assento nesta casa, por razões de pura estratégia eleitoral, tenham, na última campanha eleitoral, utilizado enviesadamente o discurso público dominante sobre a vitória do PS para desmobilizarem a ida às urnas e tentarem lucrar partidariamente com isso.

Esta causa é de todos nós e a responsabilidade de enfrentar o problema, antes que se transforme num flagelo para a legitimidade do próprio sistema autonómico, é de todas as forças políticas. Mais, é de toda a sociedade açoriana, exigindo uma profunda e alargada reflexão, mas também um ímpeto concreto e uma ação consequente.

A Autonomia, sem o envolvimento e a participação do Povo Açoriano, é uma Autonomia formal, sem alma, vivida em circuito fechado, afastada do quotidiano dos seus destinatários e principais credores da sua eficácia – os Açorianos.

Esta é, pois, uma das matérias que só nos pode aproximar, senhoras e senhores deputados, e que só poderá ser devidamente resolvida se nos livrarmos, pelo menos neste assunto, das nossas agendas partidárias e dos nossos interesses políticos do momento, em prol de uma verdadeira Agenda Açoriana para a Autonomia.

Estamos disponíveis, e já demos passos concretos nesse sentido ao longo destes dias, para consensualizarmos, num único documento, o primeiro passo de uma longa caminhada, tendo em conta a dimensão do desafio que temos pela frente. Outros

passos terão, posteriormente, que ser dados, sempre num espírito de partilha e de confiança. Saibamos nós manter esse caminho.

Senhora Presidente,

Senhoras e Senhores Deputados,

Senhor Presidente do Governo,

Senhoras e Senhores Membros do Governo,

Açorianas e Açorianos,

A partir de hoje, o Programa debatido e votado neste Parlamento, deixa de ser a proposta programática de um governo e passa, naturalmente, a ser o programa com as linhas orientadoras do rumo da Região para os próximos quatro anos.

A isso chama-se o normal funcionamento do regime democrático, que não dispensa as funções de fiscalização e de propositura deste Parlamento.

Ou seja, o que se pede – o que se exige – é que a Oposição deixe de ser contra o Programa do Governo e passe a fiscalizar as medidas e as propostas que dele constam, propondo alternativas viáveis e responsáveis sempre que discordar, aditando e complementando sempre que for capaz de melhorar. É assim que se valoriza esta Assembleia e respeita a vontade dos Açorianos.

O início de uma legislatura acarreta sempre a ideia de renovo e a abertura de quase todas as possibilidades. Basta acreditar e querer, basta aceitar que o passado não nos impede de sermos melhores no futuro – basta afinal transformar a vontade dos Açorianos na nossa maior obrigação.

Disse.

Hora, sala das sessões, 18 de novembro de 2016

O Presidente do Grupo Parlamentar: André Bradford

Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores
Rua Marcelino Lima, 9900-858-Horta
Tel. **292 207 640** · Fax **292 391 086** · email **gpps@alra.pt**
www.psacores.org · www.jsacores.org